

no art. 6º, inciso IX." (NR)

Art. 4º O artigo 24º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar, com a seguinte redação:

"Art. 24. Excetuadas as atribuições a que se refere o art. 2º desta Lei, compete ao Comando do Exército autorizar e fiscalizar a produção, exportação, importação, desembaraço alfandegário e o comércio de armas de fogo e demais produtos controlados, inclusive o registro, porte de trânsito de arma de fogo de colecionadores, atiradores e caçadores, bem como conceder o porte de arma assegurado no art. 6º, inc. IX, desta Lei."(NR)

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003) estabelece, em seu art. 6º, inciso IX, que é permitido o porte de arma de fogo “para os integrantes das entidades de desporto legalmente constituídas, cujas atividades esportivas demandem o uso de armas de fogo [], observando-se, no que couber, a legislação ambiental”.

Ocorre, no entanto, que esse direito não se mostra de aplicação automática, sendo considerado um ato administrativo discricionário por parte da Polícia Federal, a qual, com frequência, nega autorizações de porte para os integrantes das atividades de desporto, alegando falta de comprovação de “efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco” ou “de ameaça à integridade física” do requerente (art. 10, § 1º, I, do Estatuto).

O presente Projeto de Lei serve para corrigir essa distorção legislativa. Ora, exigir comprovação de efetiva necessidade por exercício de atividade de risco ou comprovação de ameaça à integridade física para conceder o porte de arma de fogo para uma categoria que está expressamente elencada no art. 6º do Estatuto não se mostra razoável. Em síntese, o porte de arma de fogo de uso permitido para os integrantes das entidades de desporto legalmente constituídas deve ser ato administrativo vinculado, e não ficar sob a tutela decisória discricionária da Polícia Federal.



Por outro lado o Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003) estabelece, em seu art. 6º, inciso IX, que é permitido o porte de arma de fogo “para os integrantes das entidades de desporto legalmente constituídas, cujas atividades esportivas demandem o uso de armas de fogo, na forma do regulamento desta lei, observando-se, no que couber, a legislação ambiental”.

Ocorre, no entanto, que esse direito não se mostra de aplicação automática, sendo considerado um ato administrativo discricionário por parte da Polícia Federal, a qual, com frequência, nega autorizações de porte para os integrantes das atividades de desporto, alegando falta de comprovação de “efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco” ou “de ameaça à integridade física” do requerente (art. 10, § 1º, I, do Estatuto).

O presente Projeto de Lei serve para corrigir essa distorção legislativa, passando a ser atribuição do Comando do Exército Brasileiro a emissão do Porte de Arma de Fogo dos “CACs” (colecionadores, atiradores e caçadores), que será assegurado com as novas redações do art. 6º, inc. IX, art. 9º e art. 24, todos desta Lei, consoante acima proposto. Sendo assim, no caso dos “CACs”, ficarão afastados os requisitos da comprovação da efetiva necessidade por exercício de atividade de risco ou comprovação de ameaça à integridade física para conceder o porte de arma de fogo, bastando apenas para a concessão de tal direito que o interessado o requeira expressamente ao Comando do Exército e tenha certificado de registro válido. Sendo assim, no caso dos “CACs”, ficarão afastados os requisitos da comprovação da efetiva necessidade por exercício de atividade de risco ou comprovação de ameaça à integridade física para conceder o porte de arma de fogo, bastando apenas para a concessão de tal direito que o interessado o requeira expressamente ao Comando do Exército e tenha certificado de registro válido.

Por derradeiro, para uma categoria que está expressamente elencada no art. 6º do Estatuto do Desarmamento não se mostra razoável ficar o seu direito de obter porte de arma de fogo sob a tutela decisória discricionária da Polícia Federal, devendo ser tal atribuição outorgada ao Exército Brasileiro, órgão federal competente para expedir o documento do porte de armas de fogo para os “CACs” (Colecionadores, atiradores e caçadores), norteados-se, tão somente, além dos requisitos legais existentes, aos dois condicionantes previstos na parte final da nova redação do inciso IX do art. 6º do Estatuto.



Ante o exposto, este Deputado pede aos ilustres Pares a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado Federal **LUCIANO GALEGO PL/MA**

Apresentação: 21/03/2024 13:06:59.210 - MESA

PL n.918/2024



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242067147100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Galego

